

MESA 6 – El financiamiento de la educación y la gestión económica de los centros educativos

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: Os desafios da gestão dos poucos recursos nas escolas públicas

Nelson Cardoso AMARAL

Universidade Federal de Goiás-Brasil

RESUMO

Os marcos legais básicos do financiamento da educação brasileira se encontram na Constituição Federal de 1988, que determinou vinculações de recursos financeiros como percentuais dos impostos arrecadados e, em 2010, por emenda constitucional, obriga a existência, também, de uma relação entre o volume de recursos aplicados em educação e os recursos do Produto Interno Bruto (PIB), que *mede* o tamanho da riqueza brasileira. Além disso, a Constituição de 1988 estabeleceu também uma contribuição paga pelas empresas, chamada de salário-educação, que deve se dirigir obrigatoriamente ao financiamento da educação básica. Quando examinamos o montante de recursos resultante da adição desses recursos encontramos valores que representam 5% do PIB. O tamanho das necessidades educacionais brasileiras, entretanto, fazem com que os valores aplicados por estudante sejam muito pequenos, quando fazemos comparações com outros países selecionados. Resulta dessa “equação” um conjunto de desafios para a gestão das escolas públicas: baixos salários; desmotivação dos trabalhadores em educação; turmas com muitos alunos; instalações físicas inadequadas; infraestrutura insuficiente – faltam bibliotecas, laboratórios, ambientes culturais etc.